

Crise em curso

Josaphat Marinho

O Brasil tem experimentado diversas crises, do Império à República. Uma extensiva a todo território nacional, como a que sobreveio ao trabalho rural, e portanto à agricultura, com a abolição do cativo. Outras abrangendo regiões, a exemplo da que acompanhou o declínio da cana-de-açúcar. Já em nosso tempo, a que abalou a economia de vários estados, com a redução da cultura e do comércio do café. Recentemente, e se prolongando, a crise da lavoura cacaueteira, que atinge alguns Estados, e fortemente a Bahia. Em caráter cíclico, estendendo-se ao Nordeste, o fenômeno da seca, que repercute sobre todas as atividades produtivas.

Se nesses períodos ocorreu a incidência de outros fatores para agravar a perturbação do quadro geral da vida, dificilmente a conjugação dos males terá sido tão intensa como no presente. Em verdade, no período crítico que atravessamos, reúnem-se elementos internos e externos. A globalização da economia e da tecnologia, sobretudo, permite que os povos mais desenvolvi-

dos exerçam imperialismo sobre os fracos e os em desenvolvimento, desequilibrando as condições coletivas. O Brasil não escapou a essa influência danosa. Sentida a princípio com tolerância dos governantes, acabaram estes por denunciá-la, reclamando novos métodos de convivência.

Sob tais efeitos, cresceram as dificuldades, impelidas também pelas particularidades internas. O insuficiente desenvolvimento científico, tecnológico e industrial contrai a atividade econômica. Reduzida esta, alcançando o comércio e a indústria, decaiu o emprego da mão-de-obra, ampliando a pobreza. Resultado inevitável disso é a deficiência de alimentação de extensos grupos da população, como a impossibilidade de avultado número de crianças poder frequentar regularmente as escolas, ou mesmo nelas tentar a matrícula. Ao mesmo tempo, a notória deficiência dos serviços de saúde deixa doentes ao desamparo, ou expostos a tratamento inadequado.

Paralelamente, com a desva-

lorização forçada do real, outros fatos, aos poucos, voltam a torturar os economicamente fracos. É inquestionável que os preços de diferentes produtos se estão elevando. Sobem os preços dos remédios. Sem excessos embora, aumentam os dois alimentos. Alteram-se taxas e preços de serviços. No momento, os jornais assinalam o quinto aumento de preços dos derivados de petróleo, neste ano de 1999, o que influi sobre quase todos os custos.

Nesse descompasso, os salários dos trabalhadores estão contidos, e os dos servidores públicos não têm qualquer melhoria, vai por quatro anos. E empresas tradicionais encerram suas atividades, ou entram em estado de falência.

De outro lado, não há grande impulso de obras do governo federal. Estados e municípios, como poucas exceções, vivem em penúria. Agora mesmo o governador de Alagoas deixou de cumprir recolhimento devido à União. Em outras unidades, dirigentes buscam justificar suas aflições e os atrasos de paga-

mento acusando administrações passadas. Simultaneamente, cansadas de esperar, organizações sindicais começam a ativar os movimentos de reclamação, que estavam adormecidos.

O caldo de cultura para os protestos e a desesperança encontra reforço, ainda, na crise da federação e no desentendimento entre as forças políticas, que apóiam o governo. Governadores se acusam publicamente, como se o regime federativo não aconselhasse a conciliação de propósitos, para resguardo da unidade nacional. Os problemas de interesse dos estados não geram coesão, mas divergências abertas. A par disso, os aliados no poder atritam-se frontalmente nas disputas políticas. A reforma ministerial não mudou os rumos. É como se a política não fosse a arte de compor interesses para o bem público e a tranqüilidade dos administrados. Enquanto isso, as águas represadas crescem. Até quando serão contidas?

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da Universidade de Brasília e da Universidade Federal da Bahia